

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

ATA 08/99 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

1 Aos treze dias do mês de maio de 1999, reuniu-se extraordinariamente, às 19 horas,
2 no auditório da SMS-2º andar, a plenária do CMS/POA para deliberar sobre a seguinte
3 pauta: **a) Leitura da Ata nº 07/99 b): Recursos Humanos da Secretaria Municipal**
4 **de Saúde - Nomeações, criação de novos cargos e cartas-contrato.** Estiveram
5 presentes os seguintes **Conselheiros:** Humberto José Scorza, Roberto Heinzelmann,
6 Palmira Marques da Fontoura, Ramon Saraiva D' Galisteo, Maria Luiza G. de Miranda,
7 Giovana Roehe Monteiro, Cecília Nunes Pedroso, Maria Alice Calvete (falta justificada),
8 Alberto Mioto Gabellini, Raquel Carvalho Rodrigues, Lâmia Abouzahr, Maria Ursula
9 Pedroso, Maria Terezinha Rodrigues, Marilene Schmarczek, Maria Josefina Crespo
10 Costa, Antônio Nascimento Rabelo, Tânia Merck, Liberaci Brum da Rosa, Avelino
11 Ramos Rodrigues, Neusa Heinzelmann, Carlos Eduardo de M. Alves, Enilda Lopes de
12 Souza, Maria Rejane Seibel, Nelci Dias da Silva, Lenise Hetzel, Hermes Willagran
13 Cattani, Mauro Fernando Schmidt (falta justificada), Ignês Maria Serpa de Oliveira,
14 Joaquim C. F. Fernandes, Carla da Costa Campos, Roger dos Santos Rosa, Rosa C.
15 M. Harzheim, Lúcio Borges Barcelos, Jorge Abib Cury. **Conselho Regional de**
16 **Nutrição:** Neidi M. Corbellini. **Não Conselheiros presentes: Estudantes:** Karine
17 Zanon, Flaviane Woerdo, Fernando Doery, Deisi Laihwbugue, Renato Maia, Juliana
18 Nessinper e Laura Posser. **Auxiliares de Enfermagem:** Ivanice Guimarães, Sandra
19 Rodrigues, Álvaro Andrade, Alexandre B. K. e Noeli Fajardo do Nascimento.
20 **Enfermeiros:** Vanda Maria Viegas Bento, Ursula Butielli e Patrícia Wiedukehr. **CLS 2:**
21 Eloide Glória Corneli, Iara Silva da Silva, Eva da Silva da Silva e Maria Neves Ribeiro
22 Aquino. **CLS 4:** Maria Letícia Garcia. **Secretaria Municipal de Saúde: G.D. 3:** Gisele
23 Prussler. **G.D. 4:** Luiz Carlos Pitoni e Lori Maria Gregory. **G.D 2:** Teresinha Maraskin.
24 **G.D 5:** Hilda Rosene Becker. **G.D. 6:** Ana Haase. **PSF:** Mara Teixeira, Irene da Silva
25 Carvalho e Manoelina Ribeiro. **U.S. Santa Cecília:** Maria Laura Xavier e Rosimeri
26 Mendes. **U.S. Rubem Berta:** Rosemary Coutinho. **C.S. Bom Jesus:** Tânia Alegre e
27 Maria Goreti Bitencourt. **U.S. Chácara da Fumaça:** Lília Ravanello. **U.S. Panorama:**
28 João Carlos Mattos. **U.S. Santa Rosa:** Regina Lender. **U.S. Nova Santa Rosa:** Márcia
29 Bertuol. **C.S. Vila dos Comerciantes:** Donatela Ramos. **U.S Nonoai:** Sandra Menezes.
30 **U.S. Vila Jardim:** Sônia Mansur. **HPS:** Eunice Mariane e outro nome não indentificado.
31 **CVS:** Nilton Amaral. **Equipe de Zoonoses:** Vera Regina Baldasso, Odilon Laranjeira,
32 Maria Angélica, Marco Aurélio, Karla, Gilberto, Maria Inês e Liane. **Equipe de**
33 **Epidemiologia:** Maria Fátima Rigatti. **Equipe de Serviços:** Marcelo Bósio. **Gabinete**
34 **do Vereador Renato Guimarães:** Maria Inês das Flores. **Sindicato dos Psicólogos:**
35 Rejane Monteiro Bento. **FEPAM:** Luiz Ricardo Gemelli. **Visitante do Exterior:** Brian.
36 **Secretaria Executiva - CMS:** Jane Pilar, Maria Elaine Facioni. A reunião inicia com a
37 apresentação dos presentes. A seguir é feita a leitura da ata 07/99 que após as
38 correções é aprovada com 16 votos a favor e 05 abstenções. Jane esclarece que o
39 edital referido na reunião passada, não contempla o transporte para o CCZ, conforme
40 explicação da coordenadora da equipe. Coordenador Humberto resgata que a
41 discussão de Recursos Humanos aconteceu em maio/98, ficando a Secretaria de
42 apresentar posteriormente o dimensionamento de pessoal. Coloca que a atual situação
43 das cartas-contrato gera uma descontinuidade no trabalho sendo que este tema já foi
44 objeto de discussão na Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara de
45 Vereadores. A seguir Enf. Anelise responsável pela Coordenadoria Geral da
46 Administração e Desenvolvimento dos Trabalhadores de Saúde - CGADTS, apresenta
47 a proposta, (em lâminas que estarão em anexo) de adequação do quadro de pessoal
48 da secretaria, iniciando com um histórico da municipalização. Observa que a parte dos
49 recursos humanos é o principal problema da municipalização. Em nível nacional está
50 sendo discutida a proposta de uma Norma Operacional Básica-NOB, que trata dos
51 recursos humanos para o SUS. Acrescenta que o termo de cessão de RH gera
52 entendimentos diferentes. Lê a cláusula 6ª do termo de cessão, onde consta: "A partir

56 da vigência deste instrumento, caberá a Prefeitura a realização de concurso público
57 para a admissão de profissionais de saúde na rede pública, no que tange as
58 reposições decorrentes de demissões e aposentadorias ou à ampliação de rede de
59 serviços” DOE 22/08/96. A seguir apresenta os dados do concurso público homologado
60 em 03/07/98, destacando que a Secretaria nomeou todos os cargos vagos existentes,
61 com autorização da comissão deliberante municipal. Os cargos são: Auxiliar de
62 Enfermagem, Enfermeiro, Médico (diversas especialidades), Psicólogo e Terapeuta
63 Ocupacional. Apresenta o número total de trabalhadores da Secretaria no total de
64 4.119, sendo que no HPS e nos Prontos Atendimentos tem 1.707, no nível central
65 incluindo vigilância em saúde 417 e gerências distritais 1.995. Os trabalhadores
66 municipalizados são 1.150, sendo 668 com vínculo estadual e 482 com vínculo federal,
67 representando 28% dos trabalhadores estáveis da Secretaria. Segundo Enf. Anelise as
68 cartas contrato são regidas pela Lei Municipal nº 7790., existindo vários problemas em
69 administrá-las. A Câmara Municipal seguidamente faz pedido de informação a cerca
70 dessas contratações, e o Tribunal de Contas também. Coloca que a Secretaria
71 dispense horas de trabalhadores em função de processos de recrutamento, seleção,
72 ingresso, treinamento e exoneração de cartas-contrato. Quanto à necessidade de
73 acréscimo de pessoal é necessário: criação de classes de cargos para novas
74 atividades; criação de cargos para substituição de cartas-contrato; reposição em
75 função de aposentadoria dos municipalizados porque os trabalhadores federais que
76 hoje totalizam 482, a previsão de aposentadorias para 1999/2000 é 81, e os
77 trabalhadores estaduais que somam 668, a previsão para 1999/2000 é de 128;
78 complementação de equipes; aporte de pessoal para serviços criados ou ampliados
79 por definição do Orçamento Participativo, autorização para nomeações e
80 remanejamento de pessoal de cargos existentes. Conclui dizendo que as cartas-
81 contrato representam 10% da força de trabalho, hoje totalizando 442, com custo de R\$
82 3.079.220,43, durante o ano de 1998. Coordenador Humberto abre para
83 questionamento da plenária. Inscreveram-se: Patrícia, Maria Neves, Alexandre, Lâmia,
84 Gorete, Nelci, Avelino, Humberto, Rejane, Ramon e Joaquim. Perguntam para o Sr.
85 Secretário qual a previsão das nomeações; as cartas-contrato podem ser prorrogadas
86 para um prazo maior de 120 dias; qual a possibilidade de ser criado o cargo de Agente
87 Sanitário; qual a situação de calamidade ou em emergência que se instalou no
88 município desde 1996; qual a despesa com as cartas-contrato; os servidores
89 municipalizados quando se aposentam não deveriam ser repostos automaticamente; a
90 utilização de cartas-contrato precariza as relações de trabalho porque não conta como
91 tempo de serviço para aposentadoria e FGTS; o ingresso deveria ser mediante
92 concurso e nomeação. Foi criticado a apresentação da proposta de adequação do
93 quadro de pessoal da Secretaria, porque hoje deveria ser apresentado o
94 dimensionamento de pessoal, qual o número necessário de nomeações e criação de
95 novos cargos. É questionado se há recursos financeiros para novas contratações e se
96 a Prefeitura não corre risco de ser processada pelos trabalhadores de cartas-contrato.
97 Sr. Secretário diz que o governo municipal está fazendo um estudo de qual será a
98 repercussão financeira de aumento do gasto com pessoal. Destaca que a Câmara de
99 Vereadores já votou o orçamento e o município não tem sobras de recursos,
100 significando que se aumentar o gasto com custeio, deve sair de algum lugar. Aprovar
101 despesas é aumento de gastos. Conclui que ser aprovado num concurso não significa
102 garantia de nomeação. Pondera que todos os cargos estão preenchidos portanto não
103 há vagas. Está na lei municipal que o tempo de duração de cartas-contrato é de quatro
104 meses e esta tem que ser cumprida não podendo haver prorrogação de contrato. Enf.
105 Anelise responde que quando um servidor municipal se aposenta a nomeação é
106 automática, já para a reposição dos servidores federais e estaduais é preciso criar o
107 cargo. A intenção da Prefeitura é solucionar este problema. Enf. Anelise fala que com a
108 aprovação do Código Municipal de Saúde a Vigilância assumiu responsabilidades de
109 fiscalização e interdição, criando novas necessidades. Conselheira Ignês pondera que
110 o auto de infração lavrado por um técnico, deveria ser aplicado por um agente de

111 fiscalização e a interdição é uma atribuição do Secretário. Quanto ao dimensionamento
112 de pessoal, Enf. Anelise responde que obedece à critérios de composição, portes das
113 unidades e modelo assistencial. Sr. Secretário coloca que a Prefeitura tem a
114 preocupação de resolver com maior brevidade e de forma definitiva a situação das
115 cartas-contrato. Responde que os trabalhadores podem vir a requerer na justiça seus
116 direitos Trabalhistas. Coordenador Humberto propõe que seja formado uma comissão
117 de conselheiros para levar a preocupação do Conselho com este tema ao Prefeito.
118 Conselheira Nelci complementa a proposta acrescentando que é necessário que a
119 Secretaria apresente a proposta de dimensionamento de pessoal, necessidade atual
120 de nomeação e criação de cargos, para que a comissão possa ter elementos para
121 discutir com o Prefeito. Propõe também que a plenária delibere pela formação de uma
122 mesa de negociação a nível municipal que dê conta de discutir com o Gestor a NOB-
123 RH. Conselheiro Jorge propõe que a Secretaria contate com os Gestores Estadual e
124 Federal para negociar a reposição dos funcionários que estão se aposentando.
125 Conselheira Rejane propõe que o último edital de contratação seja suspenso e que se
126 chame pela lista de classificação do concurso. É esclarecido pela Enf. Anelise que o
127 processo seletivo é um mecanismo legal, porque o Tribunal de Contas e auditoria
128 entendem que é prorrogação de contratação, por isso tem que se publicar edital e
129 desencadear processo seletivo que demanda tempo dos funcionários da área de R.H.
130 Conselheira Rejane diz que já está na quinta carta -contrato fazendo esse processo
131 seletivo todas as vezes que necessário. A plenária aprova a criação da comissão por
132 17 votos a favor e 04 abstenções. A composição ficou da seguinte forma: Usuários:
133 CUT - Tânia, CLS 9 - Lâmia, UAMPA - Liberaci; Trabalhadores: SERGS - Rejane,
134 Nutricionistas - Ana, , Veterinário - Ignês, Médicos - Hermes, ASSMS - Avelino, e o
135 Coordenador Humberto. A 2ª proposta da Conselheira Nelci ficou de ser apreciada num
136 outro momento. A plenária também deliberou que a Secretaria deve disponibilizar para
137 a comissão os dados acima referidos até dia 20/5 Pauta da próxima reunião: Prestação
138 de Contas do exercício de 1998. A reunião encerrou-se às 21:25.

139

140

141 Humberto José Scorza

Jane Pillar

142 Coordenador CMS-POA

Secretária Executiva

143

Ata aprovada na reunião Plenária do dia 20/05/1999.

144